

FATORES QUE INFLUENCIAM OS HONORÁRIOS DE AUDITORIA: ANÁLISE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

PAULO ROBERTO DA CUNHA

Universidade Regional de Blumenau - FURB
paulocesa@furb.br

JOSIANE BRIGHENTI

Universidade Regional de Blumenau - FURB
josianebrighenti@gmail.com

LARISSA DEGENHART

Universidade Regional de Blumenau - FURB
lari_ipo@hotmail.com

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mediante apoio pelo Edital Universal - 2013

Área temática: Finanças – 7 Contabilidade financeira e gerencial

FATORES QUE INFLUENCIAM OS HONORÁRIOS DE AUDITORIA: ANÁLISE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

RESUMO

O estudo tem como objetivo identificar os fatores que influenciam os honorários de auditoria das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Para tanto, realizou-se pesquisa descritiva, documental e de cunho quantitativo. Utilizou-se uma amostra de 259 empresas para cada ano de análise, que compreendeu o período de 2010 a 2012. Os dados foram retirados do Formulário de Referência e da base de dados da Economática[®] e analisados por meio da estatística descritiva e de regressão linear múltipla. Os resultados do estudo revelam que no contexto brasileiro das empresas listadas na bolsa de valores, os fatores que influenciam os honorários de auditoria são os honorários de não auditoria, o tamanho da empresa auditada, o número de subsidiárias, a existência do comitê de auditoria e o fato da empresa de auditoria ser Big Four. Os resultados revelam ainda que diversas variáveis consideradas influentes para os honorários de auditoria no presente estudo são consistentes com pesquisas realizadas na Noruega, nos Estados Unidos da América, na Espanha, na Jordânia e no México.

Palavras-chave: Honorários de Auditoria; Auditoria Independente; Governança Corporativa.

FACTORS AFFECTING AUDITING FEES: ANALYSIS OF BRAZILIAN COMPANIES LISTED ON BM&FBOVESPA

FACTORS AFFECTING THE FEES: ANALYSIS OF BRAZILIAN COMPANIES LISTED ON BM & FBOVESPA

ABSTRACT

The study aims to identify the factors that influence audit fees of Brazilian companies listed on the BM&FBovespa. To do so, we performed descriptive and quantitative nature documentary research. We used a sample of 259 firms for each year of analysis, which covered the period 2010-2012. Data were taken from the Reference Form and database Economática[®] and analyzed using descriptive statistics and multiple linear regression. The study results reveal that the Brazilian context of listed companies on the stock exchange, the factors influencing audit fees are fees for non-audit, the size of the audited company, the number of subsidiaries, the existence of the audit committee and the fact that the company be Big Four audit. The results also reveal that several influential variables considered for audit fees in the present study are consistent with research conducted in Norway, the United States, Spain, Jordan and Mexico.

Keywords: Audit Fees; Independent Audit; Corporate Governance.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre governança corporativa se disseminou e ganhou força de forma global devido a escândalos corporativos no cenário mundial ocorridos no início dos anos 2000. As instituições responsáveis pela informação financeira nos mercados de capital sofreram com a queda da qualidade dos relatórios financeiros. Relatórios sobre o colapso da Enron, a falência da WorldCom, e uma lista crescente de falhas e fracassos, expuseram manipulações maciças de informação financeira por parte da gestão, falhas inexplicáveis no processo de auditoria independente, revelações surpreendentes de furos nas práticas e padrões dos relatórios financeiros e lapsos impressionantes de governança corporativa (SUTTON, 2002).

Novas leis com regras mais rígidas foram implementadas, a exemplo da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), promulgada em julho de 2002 nos Estados Unidos da América. Sua introdução teve o intuito de recuperar a confiança abalada dos investidores no mercado de capitais, estabelecendo um conjunto severo de regras aos principais indivíduos envolvidos no ambiente corporativo, abrangendo administradores, auditores, advogados e analistas de mercado. Silva e Robles Junior (2008) salientam que os auditores independentes foram contemplados com regras específicas, como a criação de órgão fiscalizador da profissão, novas regras de independência e renovadas normas de auditoria.

Dentre as principais medidas relacionadas pela SOX, está a exigência de um novo patamar de governança corporativa, a estruturação de controles internos e de gestão de riscos corporativos. Desta forma, as empresas deverão adotar controles internos eficazes e realizar testes sobre a efetividade desses controles, a fim de assegurar que os dados financeiros relativos aos negócios da empresa estão devidamente apresentados nas demonstrações financeiras. Ainda, esta Lei instituiu a exigência da criação de um Comitê de Auditoria formado por membros independentes (SILVA; ROBLES JUNIOR, 2008). Estas ações foram estabelecidas como forma de aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa.

Com este aprimoramento da governança corporativa, novas práticas devem ser incluídas com o intuito de melhorar a qualidade dos relatórios financeiros, o que implica em maiores custos às empresas. As práticas de governança, segundo Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013), aumentam os honorários de auditoria, pois o auditor terá que desempenhar análises mais complexas e extensas.

Em um mercado competitivo o auditor enfrenta o problema de estabelecer um honorário justo para os seus serviços em função de alguns fatores, pois deverá cobrir os seus custos, com o plano de trabalho que lhe é confiado e ainda, compensar os potenciais efeitos adversos que poderão vir a ocorrer, como é o caso de erros que terceiros poderão descobrir nas demonstrações financeiras do cliente, sem que o auditor tenha detectado no decorrer de seu trabalho (JARAMILLO; BENAÛ; GRIMA, 2012).

Os fatores ou a determinação dos honorários de auditoria têm sido estudados ao longo dos anos, como é o caso de Firth (1997) na Noruega, Joshi e Bastaki (2000) no Bahrein, Cameran (2005) na Itália, Mayoral e Segura (2007) na Espanha, Naser e Nuseibh (2007) na Jordânia, Gothier-Besacier e Schatt (2007) na França, Jaramillo, Benau e Grima (2012) no México, Kim e Kim (2013) na Coreia. No Brasil, Hallak e Silva (2012) investigaram a determinação dos gastos com honorários de auditoria e de consultoria com dados de 2009. Entretanto, os mesmos autores sugerem uma investigação similar que contemplem dados de mais de um exercício.

Observado o interesse de pesquisa por diferentes autores no tema honorários de auditoria, que o atendimento a boas práticas de governança corporativa pode incorrer em mais tempo de auditoria e possível honorário mais elevado, tem-se a seguinte questão de pesquisa: *Quais são os fatores que influenciam os honorários de auditoria das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa?* Com o intuito de responder a questão apresentada tem-se o

objetivo deste estudo que consiste em identificar os fatores que influenciam os honorários de auditoria das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

A relevância do estudo perpassa pela importância que os serviços prestados pela auditoria independente possuem em relação à transparência e confiabilidade dos relatórios financeiros das empresas. Estudos foram realizados em diferentes países a fim de verificar quais fatores são determinantes ou que influenciam nos honorários de auditoria. Firth (1997) analisou empresas norueguesas. Joshi e Bastaki (2000) analisaram companhias abertas de Bahrain. Mayoral e Segura (2007), verificaram empresas da Espanha. Hoitash, Markelevich e Barragato (2007) estudaram o contexto norte americano. Naser e Nuseibh (2007) estudaram empresas da Jordânia. Gonthier-Besacier e Schatt (2007) analisaram companhias na França. Jaramillo, Benau e Grima (2012) realizaram seu estudo no México.

No Brasil, Hallak e Silva (2012), verificaram fatores que influenciam na determinação dos gastos com auditoria e de consultoria no ano de 2009. Kim e Kim (2013) analisaram os efeitos da responsabilidade social corporativa e governança corporativa sobre a determinação de honorários de auditoria. O presente estudo, busca contribuir com a literatura visto que, diferente de estudos efetuados anteriormente, realizou-se uma análise dos fatores que influenciam os honorários de auditoria numa perspectiva temporal, contemplando os anos de 2010 a 2012, com base no que verificou-se em diferentes países.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança Corporativa

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. Boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade (IBGC, 2009a).

Segundo Shleifer e Vishny (1997), a Governança Corporativa lida com as maneiras pelas quais os fornecedores de capital garantem que obterão para si o retorno sobre seu investimento. Os autores destacam ainda que a Governança Corporativa é o conjunto de restrições que os gestores aplicam sobre si próprios, ou que os investidores aplicam sobre os gestores, de forma a reduzir a alocação errada de recursos *ex post* e induzir os investidores a fornecerem mais recursos *ex ante*.

Este conjunto de restrições ocorre do fato que Jensen e Meckling (1976) denominam de teoria de agência, cujo enfoque encontra-se na relação entre o Principal e o Agente. Esta teoria destaca que existe uma relação contratual entre o Principal (investidores) com o Agente (gestores). Este contrato é estabelecido diante do fato de que a propriedade e o controle não são exercidos pelo Principal. Esta separação entre propriedade e controle pode causar expropriação da riqueza dos investidores por parte da gestão.

Conforme Jensen e Meckling (1976), os mecanismos de controle que as empresas utilizam, passam a decorrer em custos, pois estabelecem a execução de esforços para coleta e processamento de dados. Dessa forma, segundo os autores, têm-se os custos de monitoramento incorridos pelo principal que incluem todos os esforços, na busca de evitar o comportamento oportunista do agente, como auditorias, sistemas de controle interno, restrições orçamentárias e o estabelecimento de sistemas de remuneração variável do executivo, para o possível alinhamento das funções e objetivos entre principal e agente da empresa.

O monitoramento e o problema de agência se fazem presentes em todos os níveis da empresa, como também nas relações com as partes interessadas. Por meio do monitoramento, o principal da organização obtém a possibilidade de acompanhamento das ações de todos os

agentes e ainda, controlá-los com o intuito de minimizar os problemas de agência. Ressalta-se que as empresas podem adotar mecanismos de controle para diminuir os custos de agência, o que possibilita ao principal um maior monitoramento das ações exercidas pelo agente (JENSEN; MECKING, 1976).

Destaca-se segundo Braunbeck (2010), que parte do esforço da governança corporativa, concentra-se na busca de mecanismos capazes de limitar a expropriação do principal e o agente na organização. Nesse sentido, melhores práticas de governança corporativa podem afetar positivamente os custos de auditoria, caso o auditor demandar análises mais complexas e extensas dos relatórios financeiros, como também poderá afetar negativamente se representam uma redução no risco da auditoria externa, diminuindo assim, os custos do serviço (BORTOLON; SARLO NETO; SANTOS, 2013).

2.2 Auditoria Independente e os Honorários

Segundo o IBGC (2009a), a auditoria independente é um órgão externo à organização, isento dos conflitos de interesse e, possui a atribuição básica de verificar se as demonstrações financeiras estão em conformidade com a realidade da organização. O trabalho dos auditores independentes inclui a revisão e avaliação dos controles internos da entidade, e esta tarefa resulta em relatório específico de recomendações, para a melhoria dessa questão na empresa.

Para realização dos seus trabalhos, o conselho de administração, bem como o comitê de auditoria, estabelecem juntamente com os auditores independentes o plano de trabalho a ser executado e os honorários. Nas empresas que não possuem o conselho de administração, a auditoria independente deve referir-se aos sócios, de forma que consiga garantir a sua independência em relação à gestão (IBGC, 2009a).

De acordo com Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013), a auditoria independente possui o papel fundamental de atestar para os acionistas e demais *stakeholders* da empresa, que os relatórios financeiros são precisos, bem como verídicos, porém, para que isso seja possível, é de suma importância que a auditoria seja de fato independente.

Outro aspecto destacado por Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013), é de que o serviço prestado pela auditoria independente torna-se fundamental para uma maior transparência e para que os relatórios das empresas estejam revestidos de mais confiabilidade. Dessa forma, entende-se que entre os mecanismos que são identificados para solucionar a transparência nessa relação da gestão com o investidor, apresenta-se a auditoria independente. Firmino, Damascena e Paulo (2010) ressaltam que a auditoria independente é responsável pela redução da assimetria informacional, ocorrida entre os usuários da informação e a crescente dinâmica por informações aceitáveis e seguras e exigem maior qualidade nos serviços prestados pelos auditores.

Contudo, a auditoria independente compõe o conjunto de procedimentos técnicos que objetivam a emissão de parecer sobre a posição financeira e patrimonial, resultado das operações, origens e aplicações de recursos, as mutações do patrimônio líquido da empresa auditada, em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica, conforme o caso for pertinente (MATTOS, 2005).

Conforme Griffin, Lont e Sun, (2008), a relação dos custos de auditoria e os mecanismos de governança podem ser afetados por efeitos contrários, pois há uma relação positiva entre governança e os custos de auditoria e o efeito risco indica uma relação negativa, pois as empresas com melhores práticas de governança, ou seja, melhores mecanismos de monitoramento reduzem o custo dos serviços da auditoria independente.

Têm sido recorrentes as pesquisas que discutem os custos de auditoria, especificamente os honorários pagos (FIRTH, 1997; JOSHI; BASTAKI, 2000; HOITASH, MARKELEVICH; BARRAGATO, 2007; GONTHIER; BESACIER; SCHATT, 2007; MAYORAL; SEGURA, 2007; NASER; NUSEIBH, 2007; JARAMILLO; BENU; GRIMA,

2012; KIM; KIM, 2013). Firth (1997) expõe que a literatura sobre os determinantes dos honorários de auditoria pagos pelas empresas é crescente, e tem sido desenvolvida em diferentes nações, em que esta análise contribui para a estrutura de custos das empresas de auditoria, prever honorários futuros, mensurar a eficiência da auditoria e investigar políticas de preços estabelecidas.

Ao determinar os valores cobrados pelos serviços de auditoria, considerando a estrutura de custos e um contexto de mercado competitivo, o auditor deve estabelecer um preço para os seus serviços que cubra os custos envolvidos na realização da auditoria, bem como os potenciais efeitos adversos ao seu trabalho, como reputação e litígio (MAYORAL; SEGURA, 2007).

De acordo com Joshi e Bastaki (2000), nos diversos estudos sobre honorários de auditoria em diferentes países, observou-se a utilização de diversas variáveis, tais como o tamanho da empresa auditada, o risco que esta apresenta, a complexidade das suas operações, o tempo empregado para realização dos trabalhos e a rentabilidade que a empresa apresenta.

Abbott et al. (2003) analisaram a associação entre as características do comitê de auditoria e os honorários de auditoria. Dentre as características do comitê de auditoria analisados no estudo, verificou-se uma associação positiva entre os honorários com a independência e *expertise* dos membros do comitê. Deste resultado entende-se que os comitês de auditoria compostos por membros independentes e com *expertise* exigem maior nível de garantia por parte dos auditores independentes. Devido a tal exigência, maiores níveis de cobertura de testes de auditoria são efetuados, resultando em honorários mais elevados.

No mercado italiano, Cameran (2005), investigou quais seriam os fatores que determinavam os valores cobrados pelos serviços de auditoria, motivado pela escassez de trabalhos a este respeito e também pela suspeita de acordos para padronização de honorários cobrados pelas grandes empresas de auditoria. Constatou-se que as empresas italianas desembolsavam mais recursos para ser auditada por uma empresa grande de auditoria (Big-N), e que fatores como o tamanho, a complexidade, o risco da empresa auditada, tem impacto sobre a determinação dos honorários de auditoria.

Outros fatores ligados aos controles internos das empresas também podem ser levados em conta e influenciam nos honorários de auditoria. Calderon, Wang e Klenotic (2012) chamam atenção para os riscos históricos e riscos correntes das empresas, oriundos das fraquezas materiais dos controles internos. Para estes autores, tais riscos quando evidentes aumentam os honorários de auditoria, e os efeitos dessas fraquezas dos controles internos podem durar por até três períodos, afetando os honorários pagos às auditorias.

No Brasil, motivados pela falta de pesquisas sobre os gastos com serviços de auditoria e consultoria, Hallak e Silva (2012) investigaram quais seriam os fatores que influenciam na determinação destes honorários por parte das empresas de capital aberto. Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013) investigaram o ambiente brasileiro a partir da Instrução CVM 480 que tornou obrigatória a divulgação dos gastos com estes serviços para empresas de capital aberto. Constataram que melhores práticas de governança reduzem os riscos da auditoria externa, ocasionando honorários menores de auditoria.

2.4 Estudos Anteriores

Firth (1997) analisou os honorários de auditoria e não auditoria de empresas norueguesas listadas na Bolsa de Valores de Oslo nos anos de 1991 e 1992. A amostra contemplou 157 empresas que representam 75% das empresas listadas na Bolsa de Valores de Oslo. Os dados relativos aos honorários de consultoria foram utilizados para ver se a prestação de outros serviços tem qualquer impacto sobre os honorários de auditoria. Os resultados apontaram que o tamanho do cliente, medido como ativo total, é o principal fator na determinação dos honorários de auditoria.

Joshi e Bastaki (2000) analisaram os determinantes dos honorários de auditoria em uma amostra de 38 companhias abertas listadas no Bahrain Stock Exchange (BSE) de Bahrain. Utilizaram variáveis da empresa auditada como tamanho, risco, complexidade, rentabilidade, bem como o tempo de auditoria. Concluíram que os honorários de auditoria estão significativamente associados com o tamanho, o risco, a rentabilidade e a complexidade das operações de cliente.

Na mesma linha, Mayoral e Segura (2007), verificaram os fatores que determinam os honorários de auditoria na Espanha. Utilizou-se uma amostra de empresas espanholas não financeiras no período de 2003 a 2005. Os resultados apontam que o nível dos honorários é determinado pela complexidade do trabalho e pelo risco assumido pelo auditor. A complexidade do trabalho contemplou o tamanho do cliente, a importância relativa ao ciclo operacional, localização das subsidiárias. Quanto ao risco, constatou-se pelo endividamento e o crescimento determinado pela relação do preço da ação de mercado e seu valor contábil.

Hoitash, Markelevich e Barragato (2007) verificaram a relação entre os honorários pagos aos auditores e a qualidade da auditoria durante o período de 2000 a 2003. Utilizou-se 13.860 observações de empresas norte americanas, utilizando variáveis relacionadas ao tamanho, complexidade e risco do cliente. O estudo encontrou uma relação estatisticamente significativa e positiva entre o total de honorários e duas medidas de qualidade de auditoria, representada pelo desvio padrão dos resíduos das regressões relativas aos acréscimos atuais aos fluxos de caixa e o valor absoluto dos acréscimos ajustados ao desempenho discricionário.

Na Jordânia, considerada economia emergente, Naser e Nuseibh (2007) também estudaram os determinantes dos honorários de auditoria. A amostra foi composta por 202 empresas cotadas na Bolsa de Valores de *Amman* (ASE) no período de 2000 a 2001. Os resultados revelaram que o tamanho da empresa, tamanho da empresa de auditoria, o setor de atividade, o grau de complexidade da empresa e risco são os principais determinantes dos honorários de auditoria.

Gonthier-Besacier e Schatt (2007) verificaram os fatores que influenciam os honorários de auditoria na França, onde a Lei exige um processo de auditoria conjunta envolvendo dois auditores independentes para as empresas que publicam demonstrações financeiras consolidadas. A amostra correspondeu às empresas francesas listadas no índice SBF 250 em 2002. Os resultados enfatizam que o risco e o tamanho da empresa auditada são considerados dois fatores importantes para determinar os honorários de auditoria na França. Além disso, os honorários de auditoria (ajustados para o tamanho da empresa) tornam-se maiores quando a empresa decide contratar os serviços de uma única auditoria Big Four.

Jaramillo, Benau e Grima (2012) analisaram os fatores que influenciam nos honorários de auditoria no México, com uma amostra de 59 empresas listadas na Bolsa Mexicana de Valores (BMV), no período de 2002 a 2008. Por meio de regressão linear múltipla, obtiveram resultados que revelaram que os fatores determinantes dos honorários no mercado mexicano são o tamanho da empresa auditada, o risco do cliente, a complexidade da empresa, o tipo do auditor, os serviços de não auditoria, a duração do contrato de auditoria, o setor que a empresa pertence e se a auditoria foi realizada antes ou depois do vigor da Lei da BMV de 2006.

No Brasil, Hallak e Silva (2012), realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar fatores que influenciam na determinação dos gastos com auditoria e de consultoria das empresas brasileiras de capital aberto. Analisaram apenas os gastos com serviços de consultoria prestados pela mesma firma de auditoria, não consideraram qualquer quantia despendida com outros consultores. A amostra da pesquisa compreendeu 219 empresas e utilizaram-se dados de 2009. Os resultados indicam que as empresas gastam mais com auditoria do que consultoria, sendo que mais da metade das empresas da amostra não contrataram serviços de consultoria em 2009. Os autores concluíram que as despesas de auditoria estão positivamente relacionadas com o tamanho da companhia, qualidade das

práticas de governança e com o fato de a empresa de auditoria ser uma Big Four. Já quanto aos gastos de consultoria, constataram que existe relação positiva com o tamanho da empresa e com Big Four, mas não existe relação significativa com a governança.

Ainda, Kim e Kim (2013) analisaram os efeitos da responsabilidade social corporativa e governança corporativa sobre a determinação de honorários de auditoria. O período analisado foi de 2005 a 2009 e compreendeu as empresas do mercado de capitais coreano, cujos dados financeiros estão disponíveis no sistema TS2000 fornecido pelo “*Korea Listed Companies Association*”. De acordo com os resultados, a empresa com excelente responsabilidade social corporativa e governança corporativa pagam maior valor de honorários de auditoria.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de identificar os fatores que influenciam os honorários de auditoria das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, realizou-se uma análise descritiva quanto ao objetivo, com abordagem quantitativa, por meio de pesquisa documental.

3.1 População e Amostra

A população da pesquisa compreendeu as 528 companhias abertas listadas na BM&FBovespa. Desta população, para fins de obtenção da amostra, foram excluídas as instituições financeiras, bem como, as empresas que não possuíam dados disponíveis das variáveis utilizadas no estudo. Observadas estas situações, a amostra final compreendeu 259 empresas para cada ano de análise.

3.2 Coleta e Análise dos Dados

Os dados da pesquisa foram coletados na base de dados Economática® para os dados econômicos e financeiros e, no Formulário de Referência, disponível no *website* da BM&FBovespa, para as informações relacionadas à auditoria independente. O período de análise compreendeu o período de 2010 a 2012 e a coleta dos dados ocorreu no mês de dezembro de 2013.

O período foi definido em decorrência de que o Formulário de Referência teve sua implantação por meio da Instrução CVM nº 480/09, com início de publicação em 2010 com informações relativas a 2009. Ao analisar 2009, observou-se que muitos dos dados necessários ao estudo não estavam disponibilizados. Os dados coletados foram tabulados e compilados em planilha eletrônica e posteriormente calculados com a utilização do *software* SPSS versão 20.0. Para a análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva e análise de regressão linear múltipla.

3.3 Definição das Variáveis

As variáveis foram determinadas mediante revisão de estudos anteriores que contemplam a discussão de fatores que podem determinar o valor dos honorários de auditoria, nas quais estão demonstradas no Quadro 1.

Quadro 1: Variáveis utilizadas no estudo

Variável	Descrição	Coleta	Autores
Variável dependente			
Honorário de Auditoria (Ln_HonAud)	Logaritmo do valor total pago de honorários de auditoria	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	Firth (1997); Joshi e Bastaki (2000); Hoitash; Markelevich; Barragato (2007); Mayoral e Segura (2007); Naser e Nuseibh (2007); Hallak e Silva (2012); Jaramillo, Benau e Grima (2012); Kim e Kim (2013).
Variáveis independentes			
Serviços de Não Auditoria (Ln_HonNAud)	Logaritmo do valor total pago de honorários de não auditoria	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	Firth (1997); Jaramillo, Benau e Grima (2012).
Tamanho da empresa (Ln_AT)	Logaritmo do valor do ativo total	Economática®	Firth (1997); Joshi e Bastaki (2000); Hoitash; Markelevich; Barragato (2007); Mayoral e Segura (2007); Naser e Nuseibh (2007); Hallak e Silva (2012); Jaramillo, Benau e Grima (2012); Kim e Kim (2013).
Resultado do	Atribuído 1 para lucro e 0	Economática®	Firth (1997); Hoitash; Markelevich; Barragato (2007);

Exercício (REX)	para prejuízo.		Jaramillo, Benau e Grima (2012).
Lucratividade (Lucr)	Lucro líquido dividido pelas vendas líquidas	Economática ®	Jaramillo, Benau e Grima (2012).
Endividamento (End)	Passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total	Economática ®	Firth (1997); Joshi e Bastaki (2000); Mayoral e Segura (2007); Naser e Nuseibh (2007); Jaramillo, Benau e Grima (2012).
Parecer de Auditoria (Opin)	Atribuído 1 para parecer sem ressalva e 0 para parecer modificado	Formulário de referência	Jaramillo, Benau e Grima (2012).
Complexidade 1 (Complx1)	Soma do estoque com contas a receber de curto prazo dividido pelo ativo total	Economática ®	Jaramillo, Benau e Grima (2012).
Complexidade 2 (Complx2)	Raiz quadrada do número de subsidiárias	Formulário de referência – item 8.1	Firth (1997); Hoitash; Markelevich; Barragato (2007); Mayoral e Segura (2007); Naser e Nuseibh (2007).
Comitê de auditoria (CAud)	Possui comitê de auditoria igual a 1, senão 0.	Formulário de referência – item 12.7	Hallak e Silva (2012); Jaramillo, Benau e Grima (2012).
Empresa de auditoria (EmpAudit)	Firma de auditoria Big Four igual a 1, senão 0.	Formulário de referência – 2.1 e 2.2	Firth (1997); Hoitash; Markelevich; Barragato (2007); Mayoral e Segura (2007); Naser e Nuseibh (2007); Hallak e Silva (2012); Jaramillo, Benau e Grima (2012).

Fonte: Dados da pesquisa.

Das variáveis independentes selecionadas para o estudo têm-se os serviços de não auditoria (Ln_HonNAud). Firth (1997), Jaramillo, Benau e Grima (2012) consideram adequada a utilização desta variável, quanto maior os serviços de não auditoria, maior é o conhecimento do auditor sobre a empresa auditada, o que pode ocorrer em menor tempo gasto na auditoria.

É recorrente a utilização da variável total de ativos como forma de verificação do tamanho da empresa. Entende-se que quanto maior a empresa auditada, maior será o valor dos honorários de auditoria (FIRTH, 1997; JOSHI, BASTAKI, 2000; HOITASH, MARKELEVICH, BARRAGATO, 2007; MAYORAL, SEGURA, 2007; NASER, NUSEIBH, 2007; HALLAK, SILVA, 2012; JARAMILLO, BENAU, GRIMA, 2012; KIM, KIM, 2013).

O resultado do exercício (REX) também é utilizado como variável nos estudos sobre determinantes de honorários (FIRTH, 1997; HOITASH, MARKELEVICH, BARRAGATO, 2007; JARAMILLO, BENAU, GRIMA, 2012). Entende-se que quando o resultado do exercício é negativo, tem-se um indicativo de risco financeiro da empresa auditada.

A lucratividade (Lucr), medida pela relação do lucro líquido com as vendas, também é um indicativo de risco do cliente. Conforme Jaramillo, Benau e Grima (2012) baixa lucratividade pode ser indicativo de possíveis problemas financeiros, o que pode denotar maior quantidade de horas por parte dos auditores independentes na revisão das demonstrações financeiras, denotando cobrança de maiores honorários.

O Endividamento (End) também tem sido utilizado em estudos sobre determinantes de honorários de auditoria realizadas em outros países (FIRTH, 1997; JOSHI, BASTAKI, 2000; MAYORAL, SEGURA, 2007; NASER, NUSEIBH, 2007; JARAMILLO, BENAU, GRIMA, 2012). Quanto mais endividada a empresa auditada está, maior seu risco financeiro, uma vez que aumenta a dificuldade de acesso ao crédito para cobrir problemas de liquidez.

Jaramillo, Benau e Grima (2012) consideram o tipo de parecer do auditor como uma variável de risco, em que se tem 1 para pareceres do ano anterior sem ressalva e 0 para pareceres com ressalva. Estes autores, também utilizaram outras duas variáveis de risco atreladas aos honorários. A primeira é relação entre a soma dos estoques e contas a receber de curto prazo com o ativo total (Complx1) e a segunda o número de subsidiárias (Complx2). Para ambas variáveis, os autores julgam que quanto maior se apresentarem estas variáveis, maior é a complexidade da empresa auditada, refletindo-se no valor dos honorários. Ainda Gonthier-Besacier e Schatt (2007) ressaltam que os recebíveis e estoques constituem uma categoria de risco, cuja avaliação é complexa e exige mais fiscalização e em maior

profundidade (observação física, etc.), bem como, o envolvimento relativamente mais forte de auditores mais experientes.

O comitê de auditoria (CAud) foi utilizado como variável no estudo por entender que uma empresa com comitê de auditoria atua na supervisão da gestão dos processos internos, na asseguuração da integridade e efetividade desses controles para a elaboração dos relatórios financeiros. Por apresentar esta proximidade com a estrutura dos controles internos, entende-se que a existência deste órgão na estrutura de governança corporativa das empresas possa influenciar nos honorários dos auditores independentes.

Por fim, utilizou-se como variável independente o tipo da empresa de auditoria (EmpAudit). Estudos como o de (FIRTH, 1997; HOITASH, MARKELEVICH, BARRAGATO, 2007; MAYORAL, SEGURA, 2007; NASER, NUSEIBH, 2007; HALLAK, SILVA, 2012; JARAMILLO, BENAÛ, GRIMA 2012) demonstraram que os honorários são mais elevados quando as empresas são auditadas por uma firma de auditoria Big Four.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção contempla a análise dos achados do estudo. Inicialmente é apresentada uma estatística descritiva das variáveis utilizadas no estudo, demonstradas na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis do estudo

Variáveis	Mínimo				Máximo			
	2010	2011	2012	Consol.	2010	2011	2012	Consol.
Hon. de auditoria (*)	1,00	3,51	1,03	1,00	19.421,00	27.751,00	17.790,00	27.751,00
Serv. não auditoria (*)	0,00	0,00	0,00	0,00	20.185,00	291.151,00	4.227,00	29.151,00
Tamanho da empresa (*)	1,92	0,29	2,14	0,29	519.970,00	599.149,98	677.716,29	677.716,29
Lucratividade	- 7.497,83	- 9.394,38	- 9.672,62	- 9.672,62	466,35	301,83	132,42	466,35
Endividamento	0,01	0,01	0,06	0,01	123,15	148,02	131,34	148,02
Complexidade 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,92	0,77	0,80	0,92
Complexidade 2	0,00	0,00	0,00	0,00	16,91	16,91	18,63	18,63
Variáveis	Média				Desvio-Padrão			
	2010	2011	2012	Consol.	2010	2011	2012	Consol.
Hon. de auditoria (*)	768,31	952,41	1.006,56	906,31	1.882,29	2.330,10	2.009,64	2.082,00
Serv. não auditoria (*)	191,92	207,31	125,90	175,98	1.279,85	1.794,01	390,34	1.300,32
Tamanho da empresa (*)	8.797,18	10.096,05	11.757,93	10.180,05	38.667,07	44.850,32	51.966,47	45.280,24
Lucratividade	-25,58	-35,58	-38,26	-32,99	449,86	570,63	601,22	542,15
Endividamento	1,30	1,36	1,50	1,38	7,60	9,17	9,06	8,61
Complexidade 1	0,22	0,21	0,22	0,22	0,18	0,18	0,18	0,18
Complexidade 2	2,14	2,40	2,47	2,33	2,26	2,36	2,38	2,33

* Expresso em milhares de reais. Consol. - Consolidado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Inicialmente analisa-se a Tabela 1 no que concerne o valor dos honorários de auditoria. Percebe-se que houve aumento na média destes, sendo que em 2010 as empresas em média, desembolsavam 768,31 mil reais e em 2012 este valor cresceu para 1.006,56 mil reais. Destaca-se nesta análise que, apesar de a média dos valores ter aumentado, os valores máximos gastos com honorários de auditoria diminuiu, uma vez que em 2010 as empresas que mais pagavam honorários de auditoria, desembolsavam valor máximo de R\$ 19.421,00 mil reais e em 2012 esse valor decresceu para R\$ 17.790,00 mil reais.

Ao analisar os serviços de não auditoria, percebe-se que o maior valor apresentado para serviços de não auditoria ocorre no ano de 2011, enquanto que, ao analisar os valores mínimos, em todos os anos pelo menos uma empresa não utilizou os serviços de não auditoria. Verifica-se ainda que o desvio padrão apresenta valores muito elevados em relação à média para os três períodos, indicando uma variância considerável na média dos valores pagos para os serviços de não auditoria. Pode-se perceber também que no ano de 2012 ocorreram os menores gastos, sendo que o valor máximo pago para estes serviços foi de R\$ 4.227,00 mil reais.

Quanto ao tamanho das empresas, medido pelo seu ativo total, é possível identificar que no decorrer dos anos de 2010 a 2012 houve aumento, observado também na média,

mínimo e máximo ao longo do período. Em seguida tem-se a lucratividade da empresa, medida por meio da divisão do lucro líquido pelas vendas líquidas da empresa. Conforme Jaramillo, Benau e Grima (2012), quanto menor a lucratividade da empresa, maior é o risco financeiro que esta apresenta. Destaca-se na amostra selecionada que ocorre uma queda na lucratividade das empresas, sendo que em 2012 as empresas com maior lucratividade apresentavam valor de 132,42, enquanto que em 2010, este valor corresponde a 466,35. A média da lucratividade também demonstra queda ao longo do período estudado, onde o ano de 2012 indica a menor média do período, que corresponde a -38,26.

Analisando-se o endividamento das empresas, constata-se que a maior média apresentada de endividamento ocorre em 2012, enquanto que os maiores percentuais de endividamento estão agrupados no ano de 2011, onde o percentual máximo de endividamento é de 148,02. Joshi e Bastaki (2000) destacam que o endividamento da empresa está relacionado com o risco financeiro apresentado pela empresa, de maneira que este risco aumenta conforme o crescimento do endividamento.

A variável complexidade 1 da empresa é medida pela soma dos estoques com contas a receber de curto prazo dividido pelo ativo total. Percebe-se que no geral, a média das empresas apresentou-se com pouca variação no período analisado, sendo que o grau máximo de complexidade é verificado no ano de 2010 cujo valor representa 0,92. O número de subsidiárias que uma empresa possui representa a variável Complexidade 2. Verifica-se que em todo o período analisado, no mínimo uma empresa não possui subsidiária, sendo que a média de subsidiárias cresceu ao longo de período estudado.

Também foi efetuada uma análise por meio da estatística descritiva das variáveis *dummies*, apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis *dummies* do estudo

Variável	Descrição	2010		2011		2012		Consolidado	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Parecer Auditoria	1 = Sem ressalva	226	81,00	250	91,91	247	95,37	723	89,26
	0 = Com ressalva	53	19,00	22	8,09	12	4,63	87	10,74
Comitê de Auditoria	1 = Com comitê	55	19,71	50	18,38	52	20,08	157	19,38
	0 = Sem comitê	224	80,29	222	81,62	207	79,92	653	80,62
Empresa de Auditoria	1 = Big four	197	70,60	211	77,57	204	78,76	612	75,56
	0 = Não big four	82	29,40	61	22,43	55	21,24	198	24,44
Resultado do Exercício	1 = Lucro	222	79,57	200	73,53	178	68,72	600	74,07
	0 = Prejuízo	57	20,43	72	26,47	81	31,28	210	25,93

Fonte: Dados da pesquisa.

O parecer de auditoria independente expressa a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis por ele analisadas. A tabela 2 demonstra que no período de 2010 a 2012 houve um aumento na emissão de pareceres sem ressalvas por parte dos auditores independentes. Segundo Jaramillo, Benau e Grima (2012), pareceres sem ressalvas indicam maior qualidade das informações contábeis, o que segundo os autores, reflete em menores honorários de auditoria independente.

O comitê de auditoria também é um mecanismo de GC importante, pois auxilia nas boas práticas de governança corporativa das empresas, aumentando assim a qualidade da informação transmitida aos *stakeholders* (IBGC 2009b). Percebe-se que na amostra selecionada, há uma queda no número de empresas que instalaram comitê de auditoria, porém se comparar o ano de 2010 com 2012 verifica-se que há um pequeno aumento no número de empresas que adotaram o comitê de auditoria.

Observa-se também na Tabela 2 uma crescente procura por parte das empresas em contratar firmas de auditoria Big Four para auditarem suas demonstrações, sendo que em 2010 aproximadamente 70,6% das empresas eram auditadas por Big Four, e em 2012 este número representa aproximadamente 78,76%.

Por fim, tem-se a variável denominada resultado do exercício, que durante o período estudado ocorreu diminuição no percentual de empresas que apresentaram lucro. Percebe-se ainda que no ano de 2010, 79,57% das empresas analisadas tiveram resultado positivo, em 2011 esse número caiu para 73,53% e em 2012, 68,72% das empresas tiveram lucro no exercício.

Anterior aos resultados da regressão linear múltipla destaca-se o atendimento aos pressupostos básicos para a utilização da técnica de regressão previstos por Kennedy (1998), sendo a aleatoriedade, normalidade, homocedasticidade e multicolinearidade dos dados. Para atender a estes pressupostos, foram aplicados respectivamente os testes de *Durbin-Watson*, *Shapiro-Wilk*, *Levene* e correlação de *Pearson* que estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Testes de aleatoriedade, normalidade e homocedasticidade

Testes	Ano			Consolidado	Hipóteses	
	2010	2011	2012			
Aleatoriedade	<i>Durbin-Watson:</i>				Inexiste auto correlação de primeira ordem entre os resíduos	
	Estatística DW	1,8187	1,6989	1,6571		1,7216
	Valor-p	0,0068	0,0001	0,0000		0,000
	Auto correlação dos resíduos	0,0906	0,1506	0,1714		0,1392
Normalidade	<i>Shapiro-Wilk:</i>				A distribuição dos resíduos é normal	
	Estatística SW	0,8844	0,9066	0,8151		0,8658
	Valor-p	0,0000	0,0000	0,0000		0,0000
Homocedasticidade	<i>Levene:</i>				A variância dos erros é uniforme	
	Estatística F	0,0017	0,5311	1,2064		0,0385
	Valor-p	0,9673	0,4668	0,2731		0,8444

Fonte: Dados da pesquisa.

Com o intuito de atender ao pressuposto da aleatoriedade no procedimento de regressão, aplicou-se o teste de *Durbin-Watson (DW)*, que de acordo com Field (2009, p. 179), o “testa a correlação serial entre erros. Especificadamente, ele testa se os resíduos adjacentes são correlacionados”. Observa-se na Tabela 3 a inexistência de auto correlação de primeira ordem entre os resíduos em todos os períodos analisados, pelo fato dos valores estarem próximos a 2. Hair (2005) explica que para atender ao pressuposto da regressão, os valores de estatística DW precisam estar próximos a 2.

Para o teste de normalidade dos resíduos aplicou-se o teste estatístico *Shapiro-Wilk (SW)*. De acordo com Fávero et al. (2009, p. 112) este teste compara a “distribuição de frequência acumulada de um conjunto de valores observados da amostra com uma distribuição esperada ou teórica”. O teste SW deste estudo apresentou distribuição normal dos resíduos.

A fim de verificar a homocedasticidade, aplicou-se o teste de *Levene*. Para Hair (2005) o teste de *Levene* é o mais comum para verificação da homocedasticidade. Conforme visto, o teste de *Levene* não foi significativo, confirmando-se a hipótese de que a variância dos erros é uniforme.

Quanto a análise da multicolinearidade, efetuou-se o teste VIF, que tem por objetivo fornecer o diagnóstico de multicolinearidade entre as variáveis independentes da amostra. Segundo Fávero et al. (2009) é aceitável os resultados de multicolinearidade até 5, ou seja, indicadores VIF abaixo de 5 representam que não há problema de multicolinearidade de variáveis independentes. Ao aplicar o teste verificou-se que as variáveis apresentaram um valor de VIF entre 1,048 a 1,653, demonstrando que não há presença de multicolinearidade.

Após análise do atendimento aos pressupostos mencionados, passou-se para a análise da regressão linear múltipla. Por meio desta regressão, buscou-se verificar se as variáveis propostas explicam os honorários de auditoria nas empresas analisadas. A Tabela 4 apresenta o resumo do modelo da regressão linear múltipla.

Tabela 4 – Resumo do modelo

Ano	Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
-----	--------	---	------------	---------------------	---------------------------

2010	1	0,688	0,474	0,454	1,07375
2011	1	0,752	0,566	0,549	0,97243
2012	1	0,639	0,408	0,384	1,20674
Consolidado	1	0,692	0,479	0,472	1,07667

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4 descreve o modelo global em que é possível observar que há um índice de correlação moderada entre as variáveis analisadas. Esta correlação moderada é justificada pelo coeficiente de correlação de 0,688, ou seja, 68% em 2010, 75% em 2011, 64% em 2012 e 69% na análise ao considerar os dados conjuntos dos três anos. O coeficiente de determinação (R^2) serve como uma medida de quanto a variabilidade da saída pode ser atribuída aos previsores e demonstra um valor de 0,474 para o ano de 2010, ou seja, estima-se que 47,4% do valor dos honorários de auditoria é explicado pelas variáveis independentes do modelo. Em 2011, o R^2 explicou 56,60% do modelo, em 2012 40,80% e no consolidado 47,90%.

O R^2 ajustado fornece uma noção de quão bem o modelo generaliza os resultados e quanto mais próximo o valor do R^2 , melhor é o poder explicativo do modelo. A diferença obtida para o modelo final no consolidado corresponde a uma diferença entre os valores de 0,231, pois a diferença é entre o $R^2 - R^2$ ajustado = 0,692-0,479= 0,231, ou seja, 23,10% aproximadamente. Assim, se o modelo fosse aplicado à população em vez da amostra, ele explicaria 23,10% a formação dos honorários de auditoria. Estes resultados revelam que o poder de explicação do modelo, no consolidado, ficou em torno de 23,10%, em 2010; 21,40%, em 2011; 18,60% em 2012.

Na Tabela 5, apresenta-se a análise de variância, a qual testa se o modelo possui um poder explicativo melhor do que a média para explicar as variáveis independentes.

Tabela 5 – Análise de variância

Modelo	F				Sig.			
	2010	2011	2012	Consolidado	2010	2011	2012	Consolidado
1 Regressão	24,14	33,98	17,11	73,371	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os resultados apresentados pela análise de variância, por meio do teste F expresso na Tabela 5, pode-se dizer que houve um nível de significância de 5% em todos os períodos analisados. Desta forma há uma forte evidência que as variáveis independentes propostas influenciam significativamente nos honorários de auditoria das empresas brasileiras analisadas. Assim, a relação entre as variáveis analisadas apontam um alto poder explicativo para as variáveis selecionadas no modelo.

A fim de analisar especificamente as variáveis independentes utilizadas em relação a variável dependente, apresentam-se na Tabela 6, os coeficientes de regressão linear múltipla, para a amostra de empresas brasileiras, com o intuito de analisar os fatores que influenciam os honorários de auditoria.

Tabela 6 – Regressão linear múltipla

Modelo	Coeficientes não padronizados				t				Sig.			
	B											
	2010	2011	2012	Consol.	2010	2011	2012	Consol.	2010	2011	2012	Consol.
(Constante)	7,902	7,396	7,966	7,733	13,466	14,155	10,245	22,275	0,000	0,000	0,000	0,000
Serviço não.Auditoria	0,046	0,038	0,043	0,043	3,689	3,204	3,003	5,813	0,000*	0,002*	0,003*	0,000*
Tamanho Da Emp.	0,246	0,281	0,249	0,258	5,568	7,585	4,763	10,284	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*
Res. Do Exercício	0,004	-0,085	0,091	0,009	0,020	-0,580	0,544	0,094	0,984	0,562	0,587	0,925
Lucratividade	0,000	0,000	0,000	0,000	0,813	0,762	0,153	0,892	0,417	0,447	0,879	0,372
Endividamento	0,004	0,005	0,007	0,006	0,491	0,687	0,762	1,193	0,624	0,492	0,447	0,233
Parecer Auditoria	-0,107	0,085	-0,860	-0,024	-0,629	0,351	-0,224	-0,186	0,530	0,726	0,823	0,853
Complexidade1	0,607	0,027	0,384	0,363	1,637	0,008	0,860	1,653	0,103	0,937	0,390	0,099
Complexidade2	0,078	0,100	0,123	0,102	2,539	3,650	3,544	5,795	0,012*	0,000*	0,000*	0,000*
Comitê de Auditoria	0,285	0,210	0,304	0,262	1,676	1,291	1,528	2,590	0,095	0,198	0,128	0,010*
Empresa de Auditoria	0,965	1,127	0,807	0,967	5,745	6,153	3,639	9,062	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*

*Significante a 5%. Consol. = Consolidado

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 6, as variáveis independentes consideradas estatisticamente significantes ao nível de 5% ($p\text{-value} < 0.05$) foram em sua maioria, equivalentes em todos os anos analisados, sendo estas os serviços de não auditoria (Ln_HonNAud), tamanho da empresa (Ln_AT), complexidade 2 (Complx2) e empresa de auditoria (EmpAudit). Quanto a variável comitê de auditoria (CAud) apenas na análise consolidada mostrou-se significativa estatisticamente. Entende-se que estas são as variáveis do modelo que influenciam o valor dos honorários de auditoria da amostra analisada.

Tais resultados corroboram com o estudo de Jaramillo, Benau e Grima (2012), cujos resultados revelaram que no mercado mexicano, os determinantes de honorários de auditoria são o tamanho da empresa (ativo total), a complexidade do negócio (número de subsidiárias), a reputação do auditor (Big four ou não Big four), e os serviços adicionais prestados pelo auditor (serviços de não auditoria). Em contraponto ao estudo referido, este estudo não confirmou como fator influente o risco do cliente medido pela Lucratividade, Endividamento, Resultado do Exercício e Parecer de auditoria. Porém, a presença de comitês de auditoria, que no estudo anterior não se mostrou significativa, neste estudo apresentou significância na análise consolidada.

Os resultados também corroboram com o estudo de Hoitash, Markelevich e Barragato (2007) cujos determinantes dos honorários de auditoria nos Estados Unidos, foram Tamanho da empresa (ativo total), Complexidade (Raiz quadrada do número de subsidiárias) e Característica do auditor (Big four e não Big four). Na França, Gonthier-Besacier e Schatt (2007) encontraram que os honorários de auditoria são mais elevados em empresas maiores, onde as condições de risco são mais elevadas, nomeadamente em termos de estoque e contas a receber, constituindo-se em dois fatores importantes para determinar os honorários de auditoria. Hallak e Silva (2012) encontraram uma forte relação entre tamanho das empresas e despesas com auditoria, além disso, verificaram que a contratação de uma firma Big Four eleva as despesas com auditoria.

Os achados de Mayoral e Segura (2007) também corroboram com este estudo, ao verificar que o tamanho da empresa (ativo total), a complexidade (existência de subsidiárias) e tipo da empresa de auditoria (Big four não Big four) como determinantes dos honorários de auditoria em empresas espanholas. Entretanto, o endividamento da empresa, que no estudo de Mayoral e Segura (2007) se mostrou significativo, no presente estudo mostrou divergência.

Naser e Nuseibh (2007) demonstraram que os fatores determinantes dos honorários na Jordânia foram tamanho (ativo total), *status* da empresa de auditoria (Big four e não Big four), complexidade (número de subsidiárias) também corroborando com os resultados deste estudo.

Para uma melhor análise comparativa entre os estudos relacionados aos fatores que influenciavam o valor dos honorários de auditoria, elaborou-se o Quadro 2, com as variáveis que se mostraram similares e não similares com o presente estudo.

Quadro 2 – Síntese comparativa dos estudos sobre influentes nos honorários de auditoria

Variáveis	Resultado do presente estudo	Firth (1997)	Joshi e Bastaki (2000)	Hoitash, Markelevich Barragato (2007)	Gonthier-Besacier e Schatt (2007)	Mayoral e Segura (2007)	Naser e Nuseibh (2007)	Jaramillo Benau, Grima (2012)	Hallak, Silva (2012)
		Noruega	Bahrein	EUA	França	Espanha	Jordânia	México	Brasil
Serviço não Auditoria	Influente	S	NA	NA	NA	NA	NA	S	NA
Tamanho da Empresa	Influente	S	S	S	S	S	S	S	S
Resultado do Exercício	Não Influente	S	NA	NA	NA	NA	NA	NS	NA
Lucratividade	Não Influente	NA	NS	NA	NA	NA	NA	NS	NA
Endividamento	Não Influente	NS	NS	NA	NA	NS	NA	NS	NA
Parecer	Não	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NS	NA

Auditoria	Influente								
Complex1	Não Influente	NA	NA	NA	NS	NA	NA	S	NA
Complex2	Influente	NS	NA	S	NA	S	S	S	NA
Comitê de Auditoria	Influente	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NS	NA
Empresa de Auditoria	Influente	NS	NA	S	NA	S	S	S	S

S – Similar; NS – Não similar; NA – Variável não aplicada no estudo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio do Quadro 2 é possível observar que a variável tamanho da empresa auditada se apresenta como variável utilizada pelos diferentes estudos e que a mesma se mostrou influente na definição dos honorários de auditoria. Outra variável com utilização recorrente nos estudos é a empresa de auditoria (big four ou não) e complexidade 2, em que os resultados se mostraram convergentes entre este estudo e os realizados nos Estados Unidos da América, Espanha, Jordânia e México.

Por outro lado, destacam-se as não convergências ocorridas com as variáveis lucratividade e endividamento, em que no presente estudo não se mostrou influente na determinação dos honorários de auditoria e nos estudos realizados em Bahrein, Espanha e México mostraram-se determinantes.

5 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo identificar os fatores que influenciam os honorários de auditoria das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Efetuou-se estudo descritivo, documental e com abordagem quantitativa. Utilizou-se no estudo uma amostra de 259 empresas listadas na BM&FBovespa por ano de análise, cujas informações estavam disponíveis na Economática® e no formulário de referência disponível no *website* da BM&FBovespa. Além da análise por ano, efetuou-se também uma análise consolidada considerando os três anos.

Os resultados obtidos no estudo concluem que os serviços de não auditoria, o tamanho da empresa auditada, a complexidade 2 (número de subsidiárias), a existência do comitê de auditoria e a firma de auditoria (big four ou não) constituem-se em variáveis influentes no valor dos honorários de auditoria.

A influência dos serviços de não auditoria também se mostrou significativa nos honorários de auditoria nos estudos da Noruega (Firth, 1997) e no México (Jaramillo; Benau e Grima, 2012). Reforça-se a afirmação de Firth (1997) e Jaramillo, Benau, Grima (2012) de que os serviços de não auditoria são considerados positivos e quanto maior os serviços adicionais, maior é o conhecimento do auditor sobre a empresa auditada, e conseqüentemente menor será o tempo gasto em auditoria. Entretanto, discute-se se tal prática constitui-se em possível perda da independência do auditor.

A variável tamanho da empresa auditada, apresentou uma forte significância no valor dos honorários de auditoria, o que sinaliza conforme estudos realizado na Noruega (Firth, 1997), em Bahein (Joshi; Bastaki, 2000), nos EUA (Hoitash; Markelevich; Barragato, 2007), na França (Gonthier-Besacier; Schatt, 2007), na Espanha (Mayoral; Segura, 2007), na Jordânia (Naser; Nuseibh, 2007), no México (Jaramillo; Benau; Grima, 2012), que quanto maior é o cliente, maior será os valores cobrados pelos serviços de auditoria.

O maior número de subsidiárias também se mostrou uma variável que impacta nos honorários de auditoria das empresas brasileiras, ressaltando a afirmação de Mayoral e Segura (2007), Naser e Nuseibh (2007), Jaramillo, Benau e Grima (2012) de que quanto mais subsidiárias a empresa possui, maior é o trabalho do auditor, ocasionando honorários mais elevados.

Com relação à presença de comitê de auditoria, esta variável está associada positivamente com os honorários de auditoria na análise consolidada dos anos. Tal resultado

pode estar relacionado ao estreito relacionamento com os controles internos e as demonstrações contábeis das empresas, destacado pelo IBGC (2009b) ao afirmar que o comitê de auditoria tem a responsabilidade de supervisionar a gestão dos procedimentos internos, bem como assegurar que tais procedimentos sejam íntegros e eficazes para a produção de relatórios financeiros de qualidade. O atendimento ou não a estas funções do comitê de auditoria pode demandar em maiores ou menores horas de auditoria, o que reflete no total de horários de auditoria.

Por fim, outra variável que apresentou importância frente os fatores que influenciam os honorários de auditoria foi o tipo de empresa que realiza a auditoria, sendo Big Four ou não Big Four. Esse resultado coaduna com o descrito na literatura (FIRTH, 1997; HOITASH, MARKELEVICH, BARRAGATO, 2007; MAYORAL, SEGURA, 2007; NASER, NUSEIBH, 2007; HALLAK, SILVA, 2012; JARAMILLO, BENAOU, GRIMA 2012), pois os honorários de auditoria são maiores quando a empresa é auditada por uma Big Four, justificado pelo conjunto de recursos que tais empresas reúnem para possibilitar a realização do trabalho.

Conclui-se ainda que diversas variáveis consideradas influentes para os honorários de auditoria no presente estudo são consistentes com pesquisas realizadas na Noruega, nos EUA, na Espanha, na Jordânia e no México.

Como possibilidades de estudos futuros relacionados aos honorários de auditoria, sugere-se efetuar uma análise longitudinal dos honorários pagos, desde o primeiro ano em que ocorreu o rodízio da empresa de auditoria, de modo a verificar se os honorários tendem a serem maiores nos primeiros anos e menores nos anos seguintes, considerando-se maior entendimento e familiaridade com a estrutura de riscos e controles internos da empresa auditada.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, L. J.; PARKER, S.; PETERS, G. F.; RAGHUNANDAN, K. The association between audit committee characteristics and audit fees. **Auditing**, v. 22, n. 2, p. 17-32, sep. 2003.
- BORTOLON, P. M.; SARLO NETO, A.; SANTOS, T. B. Custos de Auditoria e Governança Corporativa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 24, n. 61, p. 27-36, jan./fev./mar./abr. 2013.
- BRAUNBECK, G. O. **Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil**. 2010. 121 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CALDERON, T. G.; WANG, L.; KLENOTIC, T. Past control risk and current audit fees. **Managerial Auditing Journal**, v. 27, n. 7, p. 693-708, 2012.
- CAMERAN, M. Audit fees and the large auditor premium in the Italian market. **International Journal of Auditing**, v. 9, n. 2, p. 129-146, 2005.
- CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa**. 2002. Disponível em: <<http://www.ecgi.org/codes/documents/cartilha.pdf>> Acesso em: 25 dez. 2013.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F.; CHAN, B. L. **Análise de dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FIELD, A. **Discovering statistics using SPSS**. Sage publications, 2009.
- FIRMINO, J. E.; DAMASCENA, L. G.; PAULO, E. Qualidade da auditoria no Brasil: um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, 2010.
- FIRTH, M. The Provision of Non-audit Services and the Pricing of Audit Fees. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 24, n. 3, p. 511-525, 1997.

GONTHIER-BESACIER, N.; SCHATT, A. Determinants of audit fees for French quoted firms. **Managerial Auditing Journal**, v. 22, n. 2, p. 139-160, 2007.

GRIFFIN, P. A.; LONT, D. H.; SUN, Y. Corporate governance and audit fees: Evidence of countervailing relations. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 4, n. 1, p. 18-49, 2008.

HAIR, J. F. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre : Bookman, 2005.

HALLAK, R. T. P.; SILVA, A. L. C. Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 23, n. 60, p. 223-231, set./out./nov./dez. 2012.

HOITASH, R.; MARKELEVICH, A.; BARRAGATO, C. A. Auditor fees and audit quality. **Managerial Auditing Journal**, v. 22, n. 8, p. 761-786, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Guia de orientações para melhores práticas de comitês de auditoria**. 7. ed. São Paulo: IBGC, 2009b.

JARAMILLO, M. J.; BENAOU, M. A. G.; GRIMA, A. Z. Factores que determinan los honorarios de auditoría: Análisis empírico para México. **Revista Venezolana de Gerencia**, v. 17, n. 59, p. 387-406, 2012.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, oct., 1976.

JOSHI, P. L.; AL-BASTAKI, H. Determinants of audit fees: Evidence from the Companies Listed in Bahrain. **International Journal of Auditing**, v. 4, n. 2, p. 129-138, 2000.

KENNEDY, P. **A guide to econometrics**. Cambridge: The MIT Press, 1998.

KIM, D.; KIM, J. Effects of Corporate Social Responsibility and Corporate Governance on determining Audit Fees. **International Journal of Multimedia and Ubiquitous Engineering**, vol. 8, n. 2, mar. 2013.

MATTOS, M. S. **Os auditores no Brasil e a satisfação desses profissionais nas grandes empresas de auditoria**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

MAYORAL, J. M.; SEGURA, A. S. Un estudio empírico de los honorarios del auditor. **Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa**, v. 10, n. 32, p. 81-109, sep. 2007.

NASER, K.; NUSEIBEH, R. Determinants of audit fees: empirical evidence from an emerging economy. **International Journal of Commerce and Management**, v. 17, n. 3, p. 239-254, 2007.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance, **Journal of Finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVA, A. G.; ROBLES JUNIOR, A. Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da Lei Sarbanes-Oxley. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 112-127, set./dez. 2008.

SILVEIRA, A. M. **Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade: Determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil**. 2004. 250 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SUTTON, M. H. Financial reporting at a crossroads. **Accounting Horizons**, v. 16, n. 4, p. 319-328, 2002.